

Espanha quer UE longe do Mercosul

Para punir a Argentina, governo espanhol propôs que a União Européia abandone as discussões com o bloco e faça apenas tratados bilaterais com países da região



O governo da Espanha sugeriu, ontem, que a União Européia (UE) substitua seus acordos comerciais com o Mercosul por tratados bilaterais com os demais países do bloco. A medida seria uma forma de penalizar o governo da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que decidiu estatizar a petroleira YPF, controlada pela espanhola Repsol. "Devemos refletir sobre a possibilidade de não continuarmos negociações com o Mercosul", disse o ministro espanhol de Assuntos Exteriores, José Manuel García Margallo.

A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial argentino, atrás apenas do Mercosul. Para demonstrar que a medida é plausível, Margallo citou o caso da Comunidade Andina. "Após tentarmos, sem sucesso, fazer acordos com o bloco inteiro (que reúne Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), fechamos tratados com Colômbia e Peru", afirmou o ministro, que participou ontem de uma reunião com seus homólogos da UE em Luxemburgo.

Risco-A agência de classificação de risco Standard & Po-

or's revisou a perspectiva soberana da Argentina de estável para negativa, citando, entre outros movimentos, os recentes planos do país de nacionalizar a petrolífera espanhola YPF. A Standard & Poor's reafirmou ainda a classificação altamente especulativa B à Argentina. Uma perspectiva negativa indica pelo menos um terço de chances de um rebaixamento neste ano ou no próximo, afirmou a agência em comunicado.

O diário argentino *La Nación*, um dos mais influentes do país, publicou ontem uma reportagem onde aponta a intenção do governo em não pagar pela expropriação da petrolífera YPF. Embora o projeto de lei não tenha sido votado, representantes do governo argentino já ocuparam a petrolífera, provocando a condenação europeia e dos Estados Unidos.

Valor - Nos dias seguintes à expropriação, o presidente da Repsol, Antonio Brufau, chegou a apontar a quantia de US\$ 10,5 bilhões como o valor estimado pela participação da empresa espanhola na petrolífera. De acordo com o *La Nación*, baseado em fontes oficiais mantidas sob anonimato,

o governo planeja pagar "cero pesos" (nenhum peso) pela petrolífera, e que investimentos preliminares sobre a

gestão Repsol já apontaram irregularidades e falta de investimentos, bem como uma dívida de US\$ 9 bilhões.

Apesar da ameaça da Repsol em levar o caso à Justiça internacional, a Casa Rosada considera que o caso pode se

estender por seis anos. A previsão é de que o projeto da expropriação seja votado em dez dias. (Agências)

Anúncio

Economia em contração



Banco Central da Espanha informou em seu relatório mensal que a economia do país teve contração de 0,4% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o quarto trimestre do ano passado, em uma evidência de que o governo enfrentará dificuldades para atingir as ambiciosas metas de austeridade.

Em comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a economia espanhola teve contração de 0,5%, a primeira leitura negativa depois de sete trimestres consecutivos de crescimento modesto.

Isso significa o fim oficial de uma recuperação pequena registrada entre o final de 2010 e o final de 2011, que se seguiu a um forte declínio em 2008 em razão do estouro da bolha imobiliária. No quarto trimestre do ano passado o

Produto Interno Bruto (PIB) da Espanha caiu 0,3% em relação ao terceiro trimestre, mas cresceu 0,3% em termos anuais.

Em seu relatório, o banco central afirmou que a economia espanhola - que é a quarta maior da zona do euro - enfrentará uma série de trimestres de incertezas e riscos negativos relacionados com a crise.

No começo deste ano, a instituição previa uma contração de 1,5% em 2012, mas economistas do setor privado alertam que uma crise mais profunda é possível à medida que o governo implementar medidas rígidas de austeridade que limitarão o crescimento do país. Ontem, a agência de estatísticas da União Europeia, a Eurostat, confirmou a estimativa para o déficit orçamentário em 2011, de 91,3 bilhões de euros, ou 8,5% do PIB. (*Folhapress*)

Islândia: tribunal aponta culpado pela crise.

Ingólfur Júlíusson/Reuters



O ex-primeiro-ministro do país, Geir Haarde, no julgamento.



O ex-primeiro-ministro da Islândia Geir Haarde é o primeiro político a ser processado com relação à recente crise financeira global. Haarde liderou o Partido Independência, de centro direita, e foi primeiro-ministro entre meados de 2006 e o início de 2009, quando seu governo de coalizão foi retirado do poder meio a uma revolta da população por causa da crise financeira.

- Haarde foi um dos quatro integrantes do governo acusados em 2010 por contribuir para o colapso do setor bancário islandês no fim de 2008, quando todos os grandes bancos do

país faliram em semanas. A crise do setor bancário jogou a Islândia em profunda recessão, levando a um resgate de US\$ 2,1 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Colapso - O Parlamento islandês, agora dominado por oponentes a Haarde, decidiu em setembro de 2010 que ele deveria ser o único processado pelo colapso do setor bancário do país. Posteriormente um tribunal especial rejeitou a maior parte das acusações de "ampla negligência", mas ontem ele foi considerado culpado por não reunir seu gabinete quando a crise se tornou crítica, em 2008. (*AE*)